

OS EDITORIAIS DE *O GLOBO*

Ana Lea Rosa da Cruz (UNIPLI)

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a investigar os editoriais do jornal *O Globo*, apresentados sob a forma de dois artigos que abordam um mesmo tema: um, intitulado *Nossa Opinião*, apresenta a visão do jornal e outro, sob o título *Outra Opinião*, geralmente assinado por um especialista ou autoridade no assunto tratado, mostra visão diferente da que o jornal assume. O que procuramos analisar é como um texto de caráter argumentativo se posiciona política e socialmente diante de questões polêmicas. Sabendo que "a produção de sentidos na notícia" (MARIANI, 1998: 60), ou, nesse caso, no editorial, se dá a partir das relações sociais e políticas entre jornalistas, leitores e da "linha política dominante no jornal" (*ibid*, p.60), observamos que o fato de o jornal oferecer ao leitor uma outra opinião constitui a possibilidade de fazer emergir outros sentidos além daqueles que *Nossa Opinião* constrói.

NOSSA OPINIÃO / OUTRA OPINIÃO

O editorial de um jornal expressa sempre o ponto de vista sobre fatos, levando em conta o contexto em que aconteceram, seus reflexos e transtornos na vida das pessoas. Texto de caráter opinativo, retrata o pensamento do jornal e de seus editores. Partindo de uma notícia ou de um tema, o editorialista tece reflexões sobre o assunto em questão, posicionando-se criticamente, de forma a persuadir, influenciar o modo de pensar de outrem.

Ao se colocar criticamente diante das questões, o editorial do jornal cumpre a função do texto dissertativo. O editorial *Nossa Opinião*, ao dividir espaço com *Outra Opinião*, permite avaliar como, no jogo comunicativo, esses textos se desenvolvem de diferentes formas, em determinadas condições de produção.

O que nos interessa analisar nesses textos é a condição em que são produzidos e os sentidos que daí emanam, influenciando e orientando conclusões que caracterizam o discurso do editor e de seu interlocutor, atuando sobre aqueles que lêem o jornal *O Globo*, visto que os sujeitos produtores do editorial falam de um lugar social estabelecido pela posição que ocupam na sociedade, como confirma Eni Orlandi:

Em Benveniste é o sujeito que se apropria da linguagem, num momento individual. Nesse passo, podemos dizer que, pela consideração fundamental das condições de produção na AD, não é o sujeito (locutor) que se apropria, mas há uma forma social de apropriação da linguagem em que está refletida a ilusão do sujeito, isto é, sua interpelação feita pela ideologia. É nesse jogo do lugar social e dos sentidos estabelecidos que está representada a determinação histórico-social do discurso (ORLANDI, 2003: 110).

Os editoriais do jornal *O Globo* que se apresentam sob a forma de *Nossa Opinião / Outra Opinião* nos oferecem subsídios para analisar as formações discursivas que derivam da oposição de idéias sobre um mesmo assunto. E a produção do discurso desses textos se faz da articulação do processo polissêmico em que os sentidos migram de um pólo a outro, possibilitando inúmeros significados.

O editorial *Nossa Opinião / Outra Opinião* do dia 13 de dezembro de 2003 que será objeto de análise neste artigo (em anexo), traz como **tema em discussão: Radicais do PT**. Esse editorial divide com um outro a difícil tarefa de se posicionar diante de tema polêmico que é falar sobre o partido do governo, que, de acordo com a história, nasce da vontade de homens do povo em pensar, agir e propor soluções para os vários problemas da sociedade brasileira. No dizer dos petistas, esse partido surge como um partido de massas, democrático e socialista.

É a partir desse ponto que o editorial vai se posicionar diante da atitude do partido dos trabalhadores de expulsar seus membros – uma senadora e três deputados – alegando sua falta de fidelidade ao partido. É também nesse ponto que o sujeito-editor se inscreve, já afetado pela formação discursiva da própria constituição do par-

tido dos trabalhadores. Ao se propor analisar a atitude do Diretório Nacional do PT sobre as expulsões de alguns petistas, esse sujeito não só se significa como também vai significar aqueles que compartilham do mesmo significante “pela fidelidade”, título do texto *Nossa Opinião*, que justifica a saída desses políticos do partido.

Desse modo, ao serem interpelados pela ideologia de que o PT e os petistas organizados lutam para que o Brasil e o mundo não sejam tratados como mercadorias, os sujeitos editor e leitores que concordam com a expulsão desses membros do partido tornam-se sujeitos do seu discurso e têm certeza de que são senhores de seu dizer, ou seja, acreditam que aqueles que não são fiéis às idéias e ideais do partido não devem permanecer no mesmo.

Num mundo globalizado como esse em que vivemos, os sentidos circulam de todas as maneiras possíveis e vão tomando forma à medida que identificam os sujeitos de uma mesma comunidade falante / pensante. *Nossa Opinião*, então, se posiciona do lugar de um jornal sério e de grande circulação no país, que está a serviço da informação e oferece aos seus leitores a oportunidade de se expressarem através da opinião do jornal, ou da opinião do outro, no caso *Outra Opinião*, representado, num contexto em que a decisão sobre a expulsão dos parlamentares causa polêmica e divide as opiniões, pelo deputado federal Chico Alencar, membro do Diretório Nacional do PT.

Ao acolher uma outra opinião, o jornal, então, cumpre seu papel perante uma sociedade que luta pela democracia e pela liberdade de expressão. Não pode, por isso ser tachado de antidemocrático ou coisas do gênero. No entanto, o que se percebe é que o sujeito de *Nossa Opinião*, na verdade legitima uma determinada ordem social, respaldado nas leis que asseguram o direito de expressão na imprensa. Através da marca lingüística “nossa” que dilui os vários “eu” da empresa jornalística, o sujeito-editor elogia a atuação do PT na administração do país, lembrando o compromisso que este assumiu quando da campanha eleitoral, para logo em seguida se solidarizar com a decisão do partido em expulsar aqueles que destoam das propostas dele.

Dessa forma, o sujeito-editor “interage” com outros sujeitos que se inscrevem na formação discursiva em prol da decisão do PT de expulsar aqueles que, de acordo com o discurso do jornal, visam projetos secundários, ou possuem “visões ideológicas individuais”. Ao se posicionar a favor da expulsão desses membros, o jornal o faz em nome da democracia e dos eleitores que confiaram num partido de esquerda para mudar o país. Cobra, assim, do partido, uma atitude que beneficie a sociedade. E o jornal, enquanto instrumento formador de opinião, com responsabilidade social, exige dos membros do partido, eleitos pelo povo, responsabilidade e coerência para com esse povo que acreditou nas propostas apresentadas durante as eleições.

O editorial cumpre sua função democrática ao dar ao outro o direito de se posicionar contra ou a favor de sua ideologia e garante ao seu público o direito dele se informar através de várias opiniões. Com essa atitude, o jornal não foge à ética a que o bom jornalismo se propõe: ouvir o outro lado da história, dando voz a posições que divergem da sua. E ninguém jamais poderá acusá-lo de ser tendencioso: o partido que antes era considerado de esquerda, e representante do povo, agora, representa o próprio governo e tem que honrar sua proposta de movimento social e democrático.

Ainda que marcado morfológicamente pelo pronome possessivo “nossa” (em “*nossa* opinião”), “o sujeito da enunciação está presente como falta” (MARIANI, 2003: 70), porque se submete às condições de produção impostas pela empresa jornalística e não ataca diretamente as decisões do PT, antes dialoga com um outro membro do partido, Chico Alencar, deixando que este nomeie os chamados “radicais do PT”. Para interagir com *Outra Opinião*, o sujeito-editor evoca o princípio da fidelidade às propostas do partido, justificando, assim seu apoio à expulsão daqueles que faltaram com a “coerência interna” do partido. O que vemos é: “Um sujeito imerso na linguagem buscando garantias nas suas palavras. Ora quanto mais assujeitado ao Outro, mais o sujeito se empenha em ter êxito no domínio das posições discursivas presentes nesse seu discurso comum” (*Ibidem*, 2003: 70).

Assim é que o discurso editorialista mantém a ordem jornalística: por uma questão de ética, confronta opiniões divergentes sobre um mesmo assunto, garantindo ao leitor meios para que ele não só se informe sobre os acontecimentos, mas também tire suas próprias conclusões. Esse processo dá a ilusão de que tanto o jornal, quanto seu editor, seus leitores e o sujeito que enuncia em *Outra Opinião* são senhores do seu dizer e isso porque a ideologia produz efeitos,

...produz a aparência da unidade do sujeito e a transparência do sentido. Estes efeitos, por sua vez, funcionam como “evidências” que, na realidade, são produzidas pela ideologia. Tomá-los como uma realidade é ficar submerso na ideologia, na sua construção enquanto evidências (ORLANDI, 2001: 56).

Outra Opinião dialoga com *Nossa Opinião* através da identidade de Chico Alencar, membro do Diretório Nacional do partido dos trabalhadores, que expressa opinião contrária à do jornal, na medida em que afirma não haver falta de fidelidade ao partido e sim “ao governo numa questão”. Sendo militante do partido e deputado federal pelo mesmo, esse sujeito se posiciona do lugar de conhecedor do movimento dos trabalhadores e sua luta em 23 anos de existência para que o exercício da cidadania seja pleno. O significativo *radicais do PT*, tema em discussão, evidencia os efeitos da ideologia que produz um sujeito autônomo, dando uma idéia de que, por mais que as opiniões sejam diferentes, há uma unidade: tudo tem que ser feito em nome da democracia.

A relação que se estabelece entre o sujeito-editor, o sujeito-interlocutor do editorial e seus textos, assim como destes com o discurso produzido num momento de transição da política do país e sua inserção na formação discursiva do editorial ou na do membro do partido, dá a sensação de transparência, unidade. Ou seja, dá a sensação de que os discursos se complementam e isso significa que os sujeitos interagem de forma civilizada por meio da linguagem.

O sujeito do texto *Outra Opinião* se constitui socialmente como deputado federal a serviço do povo e sua formação ideológi-

ca está firmada no compromisso político de um partido de esquerda que surge na década de 70, como um amplo movimento social de massa, democrático e socialista. Logo, esse sujeito, identificado como Chico Alencar, dá voz à proposta do PT e pondera, enquanto membro do partido, a decisão de alguns membros do PT de expulsar parlamentares eleitos pelo povo, também membros do partido.

Ora, ao selecionar um membro do partido dos trabalhadores, o deputado federal, conhecido e reconhecido na sociedade brasileira como político atuante, o jornal assume também a posição de democrático, que respeita a opinião dos outros e as acolhe. Por isso o texto do editorial primeiro exponha suas idéias através do “nossa”, sem medo de se mostrar, para em seguida abrir espaço para “outra” qualquer opinião, independente de quem seja, ou idéias que professe. Então, o texto jornalístico-político materializa seu discurso na relação que estabelece com *Outra Opinião*, mas que como qualquer sujeito de ideologia manipula o discurso do outro, na medida em que a escolha do seu interlocutor para falar sobre *os radicais do PT*, não é sem critérios ou desprovidos de qualquer intenção.

Se for questionado sobre a escolha do “outro” com quem o jornal vai “interagir”, a resposta é simples e direta. O “outro”, no caso, do tema em questão, é um político do próprio partido dos trabalhadores, o que o qualifica para falar sobre os problemas enfrentados pelo PT os quais vêm causando polêmica na sociedade e dividindo opiniões. Portanto, ninguém melhor que um deputado federal petista para falar sobre as divergências instauradas dentro do partido dos trabalhadores. Estabelecido o lugar social do qual *Outra Opinião* enunciará seu dizer, o editorial, então, privilegia o significado de que para se solidificar a democracia de um país é preciso um partido forte, “com propostas claras para o eleitorado e coerência interna sobre pontos fundamentais da realidade brasileira”.

AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS EM NOSSA OPINIÃO / OUTRA OPINIÃO

O lugar social de onde enuncia o editor do jornal é uma imagem que ele faz de si mesmo e do seu interlocutor, para daí estabelecer relações antagônicas ou não com o outro, de acordo com o contexto em que o discurso é produzido. E esse contexto é de um momento único na história do país, pois, pela primeira vez, um partido de esquerda assume o poder, através do voto de mais de 52 milhões de brasileiros. A favor ou não das propostas petistas, o jornal não pode ignorar a presença de um partido de trabalhadores na presidência, no comando do país.

Apesar de o contexto em que ocorre o debate sobre *os radicais do PT* ser específico em virtude do momento de mudança pelo qual passa o país, o discurso produzido no editorial não é um simples jogo em que *Nossa Opinião* fala e *Outra Opinião* retoma o discurso do editor e o completa. Há aí uma relação estabelecida com o contexto político brasileiro, o partido dos trabalhadores no poder, e os textos que se formam em torno desse fato. Essa relação faz com que os sentido estejam “no espaço discursivo constituído pelos / nos dois interlocutores” (ORLANDI, 2003: 16).

Assim, a posição que os sujeitos de *Nossa Opinião / Outra Opinião* ocupam nesse lugar social intervém nas condições de produção do discurso deles e dos leitores, na medida em que estes se identifiquem numa ou noutra formação discursiva, assim como aqueles também já se inscreveram antes em outras formações discursivas, em outra situação discursiva.

É importante, neste momento da análise, observarmos o ponto de vista dos sujeitos do editorial *Nossa Opinião / Outra Opinião*, para estabelecer as formações imaginárias que derivam do contexto jornalístico, já que o tipo de texto em questão também possui uma ideologia, e o contexto social em que essas formações se originam.

O quadro que será apresentado se baseia no esquema sugerido por Pêcheux. Assim, A: o “destinador”, representa *Nossa Opinião*, e B: o “destinatário”, a *Outra Opinião*. “Destinador” e “destinatário” ocupam lugares determinados dentro da sociedade brasileira e vão influenciar outros sujeitos: os leitores do jornal *O Globo*. E influenciar esses sujeitos significa que uma formação discursiva pode se sobrepor à outra.

Apesar de retratarem o mesmo contexto histórico, em que um partido de trabalhadores, democrático, pluralista, de base, assume o poder, os sujeitos do editorial falam de lugares sociais distintos. Até porque interpretam o significante ***Radicais do PT*** a partir de posições diferentes, de acordo com os diferentes interesses sociais. *Nossa Opinião* está a serviço da ideologia da empresa jornalística de *O Globo*, acolhendo a opinião alheia, sem deixar de expor a sua. *Outra Opinião* tem como porta-voz um representante do próprio partido: Chico Alencar que ocupa o lugar social de político.

Os artigos vão, de certa forma, representar a opinião daqueles que se identificam com uma ou outra formação discursiva, como já foi dito. É possível perceber que os discursos emitidos por esses sujeitos manifestam também diferentes sistemas de crenças, na medida em que cada um emite uma verdade sobre o tema em questão. Por meio desse imaginário, organizam seus discursos, que atravessaram outros discursos.

Ao elaborarem o texto do editorial, os sujeitos pretendem informar, explicar, discordar, convencer, posicionando-se diante do problema que se instaurou no PT. Partilham suas intenções de acordo com a própria trajetória cultural das pessoas: suas leituras, informações a que têm acesso, etc.

O esquema abaixo revela uma possível interpretação para as formações imaginárias que emanam das várias posições sociais ocupadas pelo sujeito.

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
Radicais do PT	Partidários extremistas no PT quem é expulso ou quem expulsa?	Os radicais do PT são os que votam contra a reforma da Previdência. Os radicais são os aprovam a expulsão dos que discordam da reforma.
A	I (A) Imagem do lugar de A A para o sujeito colocado em A	O sujeito-editor do texto <i>Nossa Opinião</i> e-nuncia do lugar de jornalista de um jornal de grande circulação no país cujo objetivo é (in) formar a opinião pública
	I (B) Imagem do lugar de B A para o sujeito colocado em A	O sujeito-editor, representante do jornal, dialoga com o sujeito de <i>Outra Opinião</i> , Membro do Diretório Nacional do PT, portanto, sujeito qualificado para falar sobre o tema Radicais do PT.
B	I (B) Imagem do lugar de B B para o sujeito colocado em B	O sujeito de <i>Outra Opinião</i> é um militante do partido dos trabalhadores, logo com autoridade para falar sobre os problemas do partido
	I (A) Imagem do lugar de A B para o sujeito colocado em B	O sujeito de <i>Nossa Opinião</i> é um jornalista, exercendo seu papel perante a sociedade, e pensa que alguns membros do PT não estão sendo fiéis às propostas eleitoreiras do partido e por isso devem ser punidos para haver coerência com as propostas apresentadas.

As condições de produção apresentadas acima também se fazem presentes no referente como um objeto imaginário.

Assim,

Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
Radicais do PT: pela fidelidade ou crime de coerência?	Como um partido socialista e democrático pode ser constituído por pessoas radicais, infiéis e incoerentes?	Um partido que se diz popular e garante união para resolver problemas importantes para a sociedade brasileira não pode aceitar divergências de idéias dos seus membros.
A > I (R) A	Como o PT justifica as atitudes dos petistas que votaram contra a emenda Constitucional para a reforma da Previdência.	Como jornalista e cidadão que quer ver as promessas cumpridas.
B > I (R) B	É incoerente querer expulsar membros de um partido por ele discordar de medidas políticas em determinada questão.	Como jornalista, cidadão ou até mesmo leitor e petista.

Os sujeitos de *Nossa Opinião* / *Outra Opinião* emprestam,

então, aos leitores do jornal *O Globo* seus conhecimentos de mundo sobre o que é ser “radical”, “fiel”, “incoerente” quando se fala sobre questões políticas. Sobretudo quando essas questões dizem respeito ao PT, que elege o Presidente da República com mais de 52 milhões de voto. Não podemos, porém, esquecer que esses conhecimentos ressoam de outras formações discursivas das quais não damos conta e que determinam o que pode e o que não pode ser dito. Daí a incompletude do discurso, “condição da linguagem”.

É certo que ao negociarem o lugar de onde os discursos serão enunciados, os sujeitos editor e Chico Alencar, deputado federal e membro do Diretório Nacional do PT, privilegiam determinados significantes para serem significados por outros sujeitos. Tanto é que o texto *Nossa Opinião* tem por subtítulo “Pela Fidelidade” que defende a posição do Diretório Nacional do PT em expulsar os que não apoiaram as propostas do partido para a Previdência. Enquanto *Outra Opinião* com “Crime de coerência” alerta sobre os ideais do partido, chamando a atenção para determinadas atitudes que não têm respaldo na ideologia petista. Também questiona o radicalismo de alguns membros do partido, argumentando que “a infidelidade não é ao partido; mas ao governo numa questão”.

Ao dialogar com o sujeito de *Nossa Opinião*, sob a identificação de Chico Alencar, o sujeito de *Outra Opinião* responde ao seu interlocutor na condição de membro e deputado federal do partido, e isso organiza o discurso dele, fazendo com que vários sentidos circulem dentro e fora do texto do editorial.

CONCLUSÃO

O que nos interessou neste gênero jornalístico foi justamente a relação dialógica dada a partir de uma “outra opinião” que não comunga necessariamente com as mesmas idéias da empresa jornalística *O Globo*, mesmo porque o editorial desse jornal não se apresenta sempre dessa forma. Alguns são publicados apenas com

a marca *Nossa Opinião* em que somente as formações ideológicas do jornal são veiculadas.

Ao analisar o texto desse editorial que tem como tema ***Radicais do PT***, verificamos a possibilidade de se estudar um sujeito, o qual de acordo com AD não é origem do seu dizer assim como também não domina os sentidos que circulam de uma formação discursiva a outra. Também fica claro, como diz Orlandi, que “falar é instaurar diferenças” e essas diferenças permitem que os sentidos atravessem vários contextos sociais.

REFERÊNCIAS

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais. 1922-1989*. Campinas: Revan, 1998.

———. Subjetividade e imaginário lingüístico. In: *Revista Linguagem em (dis) curso*. Tubarão (SC): Edunisol, vol. 3, n° especial, 2003.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

———. *Leitura e Discurso*. Campinas: Pontes, 2003.

———. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.

GADET, Fr.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

ANEXOS

Editorial do jornal *O Globo*

Tema em discussão: Radicais do PT

Nossa Opinião

Pela Fidelidade

O diretório nacional do PT não decidirá neste fim de semana apenas o futuro político de alguns parlamentares. Estará em jogo uma questão mais ampla: o princípio da fidelidade partidária, sem o qual a débil estrutura partidária brasileira ficará ainda mais anêmica.

O partido passa por um natural e previsível processo de re-arrumação. Uma coisa é viver na militância de oposição de esquerda; outra, administrar um país complexo, grande, num mundo interdependente, em que não há espaço para experiências heterodoxas, sem consistência técnica.

No meio da campanha eleitoral do ano passado, diante da perspectiva da vitória, o PT, sensatamente, divulgou a Carta ao Povo Brasileiro. Por meio dela, o partido comprometia-se com uma linha de governo não-voluntarista, garantia o cumprimento – uma rejeição clara às propostas inconseqüentes de moratória nas dívidas interna e externa – referia-se à necessidade de uma reforma na Previdência. O partido não marcharia unido em torno desses compromissos – que se confirmaram acertados, diga-se. O resultado foi a indicação para a expulsão da senadora Heloísa Helena e dos deputados Luciana Genro, João Batista Babá e João Fontes. Por tudo que aconteceu durante o ano, é a decisão correta.

O PT age a favor da fidelidade partidária ao dar prioridade ao programa da legenda, deixando em plano secundário projetos e visões ideológicas individuais. A democracia necessita de partidos fortes, com propostas claras para o eleitorado e coerência interna sobre pontos fundamentais da realidade brasileira.

Outra Opinião

Crime de coerência

Chico Alencar¹³

O Partido dos Trabalhadores atropela o calendário e se programa para, às vésperas do Natal, tomar decisões letais, nada generosas. Seu Diretório nacional vai examinar a proposta de expulsão de quatro parlamentares, eleitos pela população de Alagoas, Pará, Sergipe e Rio Grande do Sul. Eles são acusados de desrespeitar decisão partidária ao terem votado contra a proposta de emenda constitucional alterando especialmente a Previdência pública.

O partido do presidente terá que decidir sobre eliminar ou não de seus quadros quem votou de acordo com a recomendação da CUT, que tem no metalúrgico e ex-líder sindical Lula um de seus fundadores e parceiro constante. A questão não é de ordem ética e sim política: infidelidade ao governo numa determinada questão.

Partido é contrato mútuo e respeito a deliberações democraticamente. O PT se credenciou como novidade exatamente por essas qualidades raras. Mas também por ser um partido socialista não vertical, diferente dos velhos aparelhos comunistas do Leste da Europa, correias de transmissão das decisões de Estado. É extremista quem considera decisiva, para a solução final de exclusão, uma proposta que dividiu a sociedade e colocou parte do eleitorado de Lula em confronto com o governo. Na analogia tão cara ao nosso presidente, é como se, ainda nos 20 primeiros minutos de jogo, um juiz rigorosíssimo quisesse prejudicar um time, dando cartão vermelho, num lance normal, a quem não tinha sido sequer advertido.

A proposta de expulsão está fora de lugar e tem vício de origem, pois vem de uma Comissão de Ética instalada sem transgressão a apurar, antes que qualquer dos acusados tivesse votado. Choca até a opinião pública internacional, como revela o manifesto encabeçado pelo lingüista Noan Chomsky. Soa mesmo como esquizofrênica, ao trazer rigor de expurgo da ortodoxia da velha esquerda num partido que alarga critérios para obter novas filiações e fazer alianças com adversários de ontem. E que começa a mudar seu ideário sem ter realizado um Congresso legitimador dessa nova postura.

¹³ Chico Alencar é deputado federal (RJ), membro do Diretório Nacional do PT.

O povo trabalhador do Brasil profundo, que aprende com a vida a se integrar no ecossistema, sabe muito bem quem estraga suas plantações e quem é sinal de futuro promissor. Que o PT, fiel à sua trajetória de 23 anos, saiba discernir entre o louva-a-deus, também conhecido como esperança, e os gafanhotos.